

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional
Curso De Psicologia



Trabalho de Conclusão de Curso

**Mulheres e trabalho: apontamentos teórico-metodológicos acerca do
feminismo marxista para a análise da condição feminina**

Ritiele Barbosa Coitinho

Pelotas, 2021

Ritiele Barbosa Coitinho

**Mulheres e trabalho: apontamentos teórico-metodológicos acerca do
feminismo marxista para a análise da condição feminina**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Psicologia
da Faculdade de Medicina,
Psicologia e Terapia Ocupacional da
Universidade Federal de Pelotas,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Laís Vargas Ramm

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C681m Coitinho, Ritiele Barbosa

Mulheres e trabalho: apontamentos teórico-
metodológicos acerca do feminismo marxista para a
análise da condição feminina / Ritiele Barbosa
Coitinho ; Laís Vargas Ramm, orientadora. —
Pelotas, 2021.

53 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação
em Psicologia) — Faculdade de Medicina,
Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Psicologia. 2. Gênero. 3. Mulheres. 4.
Trabalho. 5. Divisão sexual do trabalho. I. Ramm,
Laís Vargas, orient. II. Título.

CDD: 150

Elaborada por Elionara Giovana Rech CRB:
10/1693

Ritiele Barbosa Coitinho

Mulheres e trabalho: apontamentos teórico-metodológicos acerca do feminismo marxista para a análise da condição feminina

Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 07/01/2021

Banca examinadora:

.....
Prof^a. Laís Vargas Ramm (Orientadora)
Doutoranda em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Marianna Rodrigues Vitória
Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof^a. Dr^a. Marta Solange Streicher Janelli da Silva
Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Pelotas

.....
Rosemeri Volz Wille
Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.
(Conceição Evaristo, 2008)*

Resumo

COITINHO, Ritiele Barbosa. **Mulheres e trabalho:** apontamentos teórico-metodológicos acerca do feminismo marxista para a análise da condição feminina. Orientadora: Laís Vargas Ramm. 2021. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Curso de Psicologia, Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

O presente trabalho procura problematizar e desnaturalizar aspectos relacionados à normativa relação de gênero e seu caráter binário. Utiliza-se da análise da divisão sexual do trabalho na construção do âmbito produtivo e reprodutivo e sua estrutura dicotômica, a partir das análises do feminismo marxista. Para isto, usou-se dos estudos de gênero, sua interface com classe, raça e seu processo histórico e social. A pesquisa é iniciada por uma revisão narrativa de publicações que discutiram as desigualdades de gênero relacionadas ao trabalho. Segue-se um levantamento bibliográfico de publicações de discussões sobre o marxismo com ênfase no feminismo marxista, e por fim, articulações teóricas de Angela Davis e Silvia Federici.

Palavras-chave: Psicologia. Gênero. Mulheres. Trabalho. Divisão sexual do trabalho.

Abstract

COITINHO, Ritiele Barbosa. **Women and labor:** theoretical-methodological notes on marxist feminism for the analysis of the female condition. Guiding Teacher: Laís Vargas Ramm. 2021. 53 f. Term Paper (Psychology Graduation) – Psychology Course, Faculty of Medicine, Psychology and Occupational Therapy, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

The present study seeks to problematize and denaturalize aspects related to the normative gender relation and its binary disposition. Using the analysis of the sexual division of labor in the construction of the productive and reproductive scope and its dichotomous structure, based on the analysis of marxist feminism. For this purpose, it was used gender studies, its interface with class, race, and its historical social process. The research is initiated by a narrative review of publications that discussed work-related gender inequalities. It is followed by a bibliographic survey of publications on discussions on Marxism with emphasis on Marxist feminism, and at last, theoretical articulations by Angela Davis and Silvia Federici.

Keywords: Psychology. Gender. Women. Labor. Sexual division of labor.

Sumário

Introdução	9
1 Caminho para escrever sobre mulheres	13
2 O que as pesquisas apontam sobre a exaustão das mulheres?	14
3 Base teórica que viabilizou a análise das mulheres e questões do feminismo marxista	20
4 A urgência do gênero como forma de reescrever a história das mulheres: um retrospecto histórico e as propostas feministas marxistas de Angela Davis e Silvia Federici	29
5 Conclusão	44
Referências	49

Introdução

Analisar a estrutura das relações sociais implica em investigar o contexto sociopolítico em que se entrelaçam essas relações. A história denuncia os engendramentos da realidade, nos processos que coexistem e que produzem a feminilidade e a sua diferenciação do masculino, na produção do gênero e seu caráter hierárquico, bem como na produção do racismo em uma sociedade centrada nas dinâmicas e discursos hegemônicos do sujeito branco, além da classe como um marcador social que baliza os lugares ocupados pelas pessoas, cerceando suas vivências e produzindo profundas desigualdades sociais que interferem não só, mas prioritariamente no acesso a direitos básicos.

Ouvi, desde muito cedo, as histórias dos absurdos a que minha avó teve de se submeter para sustentar uma família de quatro filhas e um marido. Subordinada a trabalhos precários com exaustivas jornadas laborais, lidar com o companheiro alcoolista, sobrecarga das atividades domésticas, a maternidade, a fome. Com minha mãe, embora com um pouco mais de oportunidades, em virtude das muitas renúncias pessoais da minha avó e o esforço contínuo em possibilitar uma vida menos dolorosa às filhas, a história não foi tão diferente. Aos quatorze anos, minha mãe já trabalhava como empregada doméstica, assim como as outras irmãs e só concluiu o ensino médio aos vinte e sete anos, grávida de mim. Lembro que ela pouco conseguia disfarçar a exaustão, porque voltava da extensa jornada de trabalho e precisava cuidar de mim e da minha irmã três anos mais jovem que eu, da casa, do que comeríamos, do que vestiríamos no outro dia, das atividades escolares. Minhas tias enfrentavam questões muito parecidas com as da minha mãe e com as da minha avó na geração anterior. Uma delas teve de criar a filha sozinha, porque resolveu não mais submeter-se às violências físicas do companheiro e este, optou por abrir mão da responsabilidade paterna.

Mais tarde percebi que essas histórias não eram exclusivas da minha família, mas um reflexo da desigualdade produzida principalmente, neste contexto, pelo gênero e pela classe e que elas estavam implementadas nas estruturas e nas instituições. A necessidade de buscar compreender a produção e a manutenção destes fenômenos me provocou a tematizar sobre a natureza opressiva da vivência das mulheres, incorporando a compreensão sobre o

processo de socialização e o papel social em que a mulher é compelida a desempenhar, sobretudo quando atravessada pelos eixos de opressão de classe e raça em conjunto com o gênero.

Desta forma, pretendo neste trabalho, evidenciar o silencioso lugar que a mulher foi confinada e o trabalho excessivo e invisível ao qual foi submetida. A forma como sua subjetividade, sentimentos e afetos foram construídos, sua condição de ser e existir na insurgente voz que gritou e se organizou em resistência coletiva, me provocaram a discorrer entre os aspectos históricos, sociais e políticos que estimularam um movimento de teorização e intervenção de pessoas que ansiavam por um projeto de transformação.

É importante salientar o lugar em que estou inserida e os privilégios sociais que esta condição me concede enquanto mulher branca, a fim de situar o lugar de onde escrevo, possibilitando a compreensão de experiências plurais, que podem ser perpassadas não só pela categoria de gênero e classe, mas também de raça e sexualidade. Neste encadeamento, pretendo atentar-me aos discursos hegemônicos brancos, que possivelmente aparecerão, que ocuparam e ainda ocupam os espaços acadêmicos a fim de não perpetuar, através da linguagem, relações de poder. Em seus estudos, Kilomba (2020)¹ versa sobre a importância de analisar as complexas dinâmicas que se entrelaçam os eixos de gênero e raça, principalmente, aos quais, permite a compreensão de como os homens brancos invalidaram narrativas de mulheres brancas e homens e mulheres racializados, bem como, mulheres brancas invisibilizaram narrativas de pessoas negras, quando se ocuparam somente da análise de como o gênero operava na manutenção da opressão das mulheres. Estes equívocos, ao longo da história, segundo a autora, não só silenciaram mulheres negras, que eram atravessadas pela opressão racial e de gênero, como igualaram homens negros a homens brancos, esquecendo que o poder estrutural estava apenas em um desses dois grupos, além do não reconhecimento do próprio poder de mulheres brancas com relação a pessoas negras.

O papel social ocupado pelo homem branco em sobreposição ao ocupado pela mulher branca e racializada - ambos bem definidos - questiona a irrisória naturalização que qualquer subterfúgio ousa explicar. Fato é que as

¹ Publicação original em 2008.

relações se dão de forma muito mais complexa e carregam com elas a multiplicidade que é constituir-se em meio a outro e a incontáveis processos que se emaranham o tempo inteiro. Os dispositivos políticos e institucionais, a cultura, a socialização são sistemas introjetados no “ser” e os sentidos e significados produzidos a partir disso são plurais e se entrelaçam nos modos de subjetivação e na intersubjetividade.

Quase que imediatamente depois de nascer, a bebê - cujas características biológicas a definem como fêmea - é culturalmente marcada com um furo em cada orelha. Esta - que parece inofensiva - prática cultural em várias regiões, simbolicamente representa uma das primeiras violências as quais submetem as mulheres. Prática invasiva, sem consentimento e compulsória, que ironicamente, é delegada apenas às meninas, demarca o primeiro dentre uma série de rituais que caracterizam a feminilidade. Bourdieu (2014)², ao produzir um trabalho sobre a amplitude simbólica da dominação masculina em sua análise na região da Cabília e como se operava as estruturas de pensamentos, bem como os signos e significados, percebeu que estes se davam a partir da binaridade masculino e feminino, como oposições. O masculino como dominante e o feminino como dominado. Assim como a prática cultural que citei anteriormente, o autor defende que os espaços são desde cedo limitados às meninas, a partir das roupas que usam, apertadas e desconfortáveis, enquanto os meninos desfrutam de mais liberdade e conforto. Estas questões de ordem simbólica, que são interiorizadas através da socialização e naturalizadas, respaldam as desigualdades e violências de gênero.

Minha inquietação sobre como se constituem homens e mulheres e como as relações se estabelecem - entre si, com o outro, instituições, dispositivos, trabalho - passou a ser constante desde que passei a tematizar essas questões. Olhar para as crianças é perceber desde aí a dicotomia bem delineada entre meninos e meninas e compreender que essas construções sociais implicam diretamente na vida de cada um e de cada uma. A criança que carrega no colo um bebê de borracha, sua bolsa de maternidade e que ludicamente prepara o alimento e cuida da pequena cozinha, dificilmente será um menino. Os comportamentos de meninos e meninas - que soam como

² Publicação original em 1988.

naturais - se reproduzem nas relações de homens e mulheres nas dinâmicas sociais.

Refletir inicialmente sobre isto torna-se importante para entender minha implicação com o presente trabalho. Aquelas, cujas histórias não são definidas por elas mesmas e cujos corpos são dominados por estruturas patriarcais, racistas e capitalistas, são as protagonistas neste espaço de análise. Produzir um trabalho teórico que priorize a margem, conforme Hooks (1989, *apud* KILOMBA, 2020) aponta como a possibilidade de novas narrativas, é uma forma de subverter a ordem, que é masculina e branca, e neste encadeamento, estimular a produção de novos discursos críticos, que superem os paradigmas e discursos unilaterais. Portelli (1997) refere-se a esse grupo como pessoas que foram isoladas e tiveram suas histórias contadas por outros, os quais detinham poder e domínio. Este trabalho possui a implicação política de ajudar a produzir novos engendramentos.

Nos cenários que nos rodeiam é comum observar as mulheres como responsáveis pelo cuidado físico e emocional da família, dos afazeres domésticos e não raro, tendo que conciliar essas responsabilidades com o trabalho remunerado. Tendo como pressuposto de que essas relações impactam no bem-estar deste grupo, valorizar o contexto social, onde a desigualdade é fomentadora do sofrimento físico e emocional, o gênero, assim como outros atravessamentos são categorias imprescindíveis de análise nos vários âmbitos, tanto na saúde, como político e social. Considerar as narrativas das mulheres acerca do papel que desempenham é importante para o planejamento de políticas públicas que objetivam equiparar as condições de homens e mulheres, assim como, a possibilidade de projeto político emancipatório que valorize os eixos de raça, gênero, classe e sexualidade. Escrever sobre mulheres e sobre as condições sociais que operam para o lugar que elas ocuparam e ocupam é uma forma de insistir na transformação da cultura, de modo a valorar as narrativas que escapam ao paradigma masculino e branco que produzem formas específicas de verdade e objetividade.

Portanto, o presente trabalho pretende investigar o processo histórico e social que reverberou para a relação desigual de gênero no âmbito público e privado das dinâmicas do trabalho. Diante disto, tem-se como objetivo geral analisar como o feminismo marxista teoriza sobre a desigualdade de gênero no

âmbito doméstico e no trabalho remunerado. Dentre os objetivos específicos estão: apresentar uma revisão narrativa de pesquisas sobre a desigualdade de gênero no âmbito produtivo e reprodutivo, analisar e descrever reflexões e discussões das bases da teoria marxiana sobre a condição das mulheres e o processo de construção do marxismo feminista a partir da divisão sexual do trabalho, e por fim, desenvolver discussões contemporâneas do feminismo marxista articulando as ideias apresentadas por Silvia Federici e Angela Davis.

1 Caminho para escrever sobre mulheres

Muitos autores debruçaram-se para teorizar sobre a condição das mulheres, em busca de reflexões que pudessem explicar a natureza dos fenômenos. Para lançar luz às desigualdades produzidas, o trabalho apresenta-se de natureza teórica. A implicação com o tema permitiu “relação permanente entre sujeito e objeto” (MENEGETTI, 2011, p. 321).

O trabalho foi orientado pelas perguntas que me impulsionaram a refletir sobre a complexa teia que o tema evoca e também provoca para a compreensão dos fenômenos. Diante da “natureza reflexiva e interpretativa” (MENEGETTI, 2011, p. 322) do ensaio-teórico, iniciei o percurso a partir de uma revisão narrativa de publicações nos principais periódicos acerca das palavras gênero, trabalho, desigualdade de gênero e suas variantes. Este processo inicial possibilitou analisar e descrever a realidade atual de mulheres brasileiras na apresentação de dados e resultados além da articulação com a teoria.

Posteriormente realizei uma pesquisa bibliográfica com objetivo de elencar publicações que realizaram discussões a respeito dos pressupostos marxianos e o desenvolvimento do feminismo marxista, provocando a análise das teorias clássicas, que possibilitaram a minha articulação com os autores escolhidos. Baseada na proposição de Meneghetti (2011), o trabalho foi constituindo elementos minuciosos e históricos e me conduziu a um caminho crítico e reflexivo para a compreensão mediante a complexidade do tema.

Por fim, através de uma revisão narrativa da literatura, propus a articulação de duas autoras que elencam ideias divergentes a respeito do tema. Esta questão implica no recorte dado a análise que não tem o objetivo de sentenciar verdades absolutas e irrefutáveis, mas de provocar a reflexão subjetiva a livre interpretação de quem lê.

2 O que as pesquisas apontam sobre a exaustão das mulheres?

O contexto histórico no século XIX representa a dicotomia masculino e feminino no âmbito social. O primeiro pertencente à esfera pública, o segundo à esfera privada. Aos homens foi possibilitada a inserção no mercado de trabalho, assumindo um papel social de provedor da família. Às mulheres, restava a manutenção do lar. A delimitação entre esses dois modos operantes revela a divisão sexual do trabalho e o modo de organização da sociedade neste século. Fenômenos históricos advindos do processo de evolução da sociedade contribuíram para novas estruturas sociais, que transformaram o cenário socioeconômico, possibilitando novas configurações e flexibilizando essa dicotomia (SOUSA; GUEDES, 2016).

Por conta deste contexto, a condição da mulher na inserção tardia no âmbito produtivo concedeu-lhe a submissão à precariedade do trabalho exploratório e mal remunerado. Atrelado a isso, não houve o engajamento do homem na esfera reprodutiva, logo as funções domésticas e cuidado com os filhos continuou a cargo feminino. Desta forma, tem-se como consequência mulheres sobrecarregadas com as funções do lar, enfrentando jornadas duplas e triplas de trabalho (PINTO et al., 2011). Segundo Cyrino (2009), considerar a dinâmica do trabalho como questão fundamental na análise das relações de gênero torna-se imprescindível, visto que as relações de trabalho traduzem os discrepantes lugares e papéis que homens e mulheres assumem na sociedade.

No ambiente familiar, a divisão do trabalho doméstico reproduz a dinâmica da divisão sexual do trabalho. Enquanto para as meninas são atribuídos os afazeres domésticos desde muito cedo, os meninos recebem significativamente menos responsabilidades com os serviços da casa. As horas ocupadas com as atividades domésticas dominam desde cedo a vivência das mulheres. Essas relações perduram ao longo da vida. As mulheres, mesmo trabalhando fora, continuam sendo as maiores responsáveis pelos afazeres domésticos. Aquelas cuja remuneração é maior, diminuem as horas de ocupação com o lar e acabam por delegar a função do trabalho doméstico a outras mulheres através de contratação. A raça, é uma importante categoria de análise das mulheres negras com relação ao trabalho, porque atravessadas pelo racismo, estas condições são ainda mais precárias. Este grupo é o que

representa a maior taxa de desemprego e com menor índice de formalização, abrangendo os serviços sociais e domésticos (Ipea, 2011)³.

O âmbito doméstico e familiar e os padrões de inserção das mulheres no mercado de trabalho têm íntima associação, fazendo necessário investigar o sistema social e econômico e sua relação com a divisão sexual do trabalho, as desigualdades de gênero e o processo de constituição de subjetividade das mulheres imersas nessa dinâmica. As desigualdades, portanto, são determinantes nas escolhas das mulheres na esfera pública que precisam conciliar as responsabilidades familiares com o trabalho. Nesta estrutura, o papel social de homens e mulheres configuram uma hierarquia, onde as mulheres têm menos poder decisório e maior responsabilidade, além de cargas de atividades bem mais elevadas (ARAÚJO; VEIGA, 2015).

O conceito de gênero surgiu em um contexto de emancipação feminina, na década de 60 nos países capitalistas, onde foi questionada a dicotomia homem e mulher e as questões que a envolviam como ligadas exclusivamente à naturalização biológica, dando lugar ao debate sobre as condições de feminilidade e masculinidade como papéis construídos socialmente. O estudo de Barbarini e Benites (2009), feito a partir de história de vida de duas mulheres usuárias de uma Unidade Básica de Saúde, possibilitou analisar essas narrativas de como é ser mulher e seus múltiplos sentidos de gênero, que se entrelaçam no mesmo contexto sociopolítico. O sofrimento advindo do lugar social ocupado pela mulher está presente nos dois relatos. Ambas de classes populares, o imaginário social denuncia o serviço doméstico como reservado à mulher, enquanto o trabalho remunerado ao homem. O discurso reforça a ideia de que a mulher tem vocação para cuidar do lar e das pessoas que nele habitam, enquanto o homem, condicionado a trabalhar e prover financeiramente a família.

O nível socioeconômico é um fator importante a ser associado à categoria de gênero. No trabalho realizado por Brandão e Germando (2009), os relatos emergem uma trajetória de sofrimento precoce e duradouro, que decorre do histórico de vulnerabilidade a qual são submetidas as mulheres e quando

³ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, sendo o retrato das Desigualdades de Gênero e Raça produzido desde 2004. Esta quarta edição tem parceria com ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

associado ao baixo nível socioeconômico, é potencializado. A compreensão de si envolve principalmente a condição de classe como questão reguladora da existência. Esta questão, como primordial, infere todo o movimento de existir em busca da sobrevivência como manutenção da vida, em que a carência de bens e serviços delinea os sentidos da fala. O trabalho também é uma categoria central no sofrimento destas mulheres. As narrativas, implicitamente reforçam o ideário de mulher no âmbito reprodutivo e homem no âmbito produtivo. Logo, imersas em situações complexas e problemáticas, as mulheres priorizam as necessidades básicas e nas experiências expostas nas narrativas é o homem quem está em condições ou não de prover. Essas mulheres, portanto, inferem grande sofrimento na situação de dependência, impotência e, muitas vezes, violência às quais são submetidas juntamente com os filhos.

Garcia et al. (2019) também expõe o lado perverso da vulnerabilidade social associada à condição da mulher, onde, em seu estudo de caso, observou a pobreza como o tema central do discurso. A carência do básico, como alimentação, ocupa grande espaço na existência das famílias. A partir disso, as possibilidades de construção das relações como a constituição do afeto e vínculo se desenvolvem nesta dinâmica. A entrevistada do estudo tem um histórico de trabalho precoce e precário, que, na condição de exploração, não consegue realizar os desejos de consumo dos filhos, caracterizada por ela como a maior tristeza de sua vida. Como resultado da demanda de mais força de trabalho, a inserção das mulheres no âmbito produtivo as condicionou a enfrentar elevadas sobrecargas laborais. Faz-se importante, portanto, debater o gênero nas relações capitalistas, onde esta suposta autonomia feminina mascara uma relação mais íntima com o consumo e o ideário de acumulação como forma de ascensão social.

Com base nos dados apresentados no Pnad⁴, o estudo de Sousa e Guedes (2016) aponta que a divisão sexual do trabalho é significativamente desfavorável à mulher. Em uma comparação entre os anos de 2004 e 2014, os resultados mostram que mais de 90% das mulheres entrevistadas realizavam atividade doméstica como pessoa de referência nos dois anos da pesquisa. Entre os homens entrevistados, essa média não atingiu 60%. Na posição de

⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, sendo um instrumento de pesquisa importante para explorar características gerais da população e avaliar e orientar políticas no país.

cônjuge, os números são ainda mais alarmantes, com 95,70% das mulheres dispondo do seu tempo para os afazeres domésticos, contra 46,64% dos homens. Com relação às horas, as mulheres exerciam o dobro dos homens nas atividades domésticas, com seis horas a menos de trabalho remunerado. A assimetria se potencializa quando observada na posição de cônjuge, com nove horas a menos em relação aos homens e quase o triplo de horas no lar no ano de 2014. Isto confirma que as relações conjugais heterossexuais tendem a reforçar os papéis sociais estereotipados.

Em consonância com o estudo apresentado anteriormente, o trabalho de Araújo e Veiga (2015) no estado do Rio de Janeiro, demonstrou que a média do número de horas trabalhadas em casa entre mulheres tende a ser duas vezes mais que os afazeres domésticos desempenhados pelos homens. Com relação ao cuidado com os filhos, a pesquisa evidenciou que as mulheres continuavam dedicando o dobro de horas com relação ao parceiro. O estudo também avaliou a percepção sobre a atuação nos afazeres domésticos. Enquanto 59% das mulheres responderam fazer mais do que deveriam, cerca de 12% dos homens avaliaram que fazem mais do que a parte justa, além de 46,2% dos homens avaliarem fazer exatamente a parte que seria justa. Isto evidencia a naturalização da divisão sexual do trabalho revelando também o ideal de provedor, visto que os números mostram que a discrepância entre as horas que homens e mulheres investem nas tarefas domésticas é significativa.

A pesquisa também investigou aspectos relacionados à satisfação. Enquanto as mulheres dedicam seu tempo para “outros” e menos para si, os homens usam seu tempo para lazer e sociabilidade. Analisando a situação da mulher e a necessidade de ter que conciliar vida doméstica e trabalho, torna-se uma ambivalência usar o termo “conciliação” para tratar esse assunto, visto que o termo sugere harmonia, apaziguamento de questões que parecem desorganizadas. No entanto, o resultado da pesquisa aponta que mesmo tentando “conciliar”, as mulheres parecem estar menos satisfeitas, mais cansadas e com maior dificuldade em otimizar o tempo, sendo possível perceber a distância entre o termo e a realidade que enfrentam (ARAÚJO; VEIGA, 2015).

O enfoque da pesquisa de Madalozzo e Blofield (2017) consiste em pais e mães de crianças com menos de seis anos de idade de bairros de baixa renda da cidade de São Paulo, a fim de analisar os conflitos relativos ao trabalho

remunerado e não remunerado. Em concordância com os resultados apresentados anteriormente, a pesquisa indica que as mulheres enfrentam uma assimetria considerável nos âmbitos trabalho e família com relação aos homens, desde menores taxas de emprego, sujeição ao trabalho informal, dupla e tripla jornada de trabalho e dificuldade de equilibrar o trabalho dentro e fora do ambiente familiar.

O trabalho evidenciou que a percepção sobre alteração na atividade laboral com a chegada dos filhos também é discrepante entre os dois gêneros. Independentemente de estarem ou não casadas ou empregadas, na percepção de mais da metade das mulheres a relação com o mercado de trabalho mudou depois da chegada dos filhos e apenas 21% dos pais residentes em domicílio perceberam mudanças. Dessas mudanças, 88% das mães perceberam as alterações como negativas e a maior parte das afirmações têm relação com o tratamento discriminatório vindo dos empregadores, enquanto um terço dos homens perceberam essas alterações como negativas e as afirmações têm ligação com a preocupação com o bem-estar dos filhos. A percepção positiva também é bem distinta entre pais e mães. Enquanto um terço dos homens afirmaram que a paternidade os fez mais responsáveis, podendo usufruir de privilégios dos patrões, para as mulheres que perceberam mudanças positivas (apenas 1%), o nascimento dos filhos as motiva a ter melhores condições financeiras a fim de prover-lhes. A situação é ainda mais delicada para mães não casadas, onde a responsabilidade financeira e afetiva do pai é mínima. Esta situação impõe uma realidade problemática, onde essas mulheres precisam equilibrar o cuidado e o sustento dos filhos sozinhas e muitas vezes sem o amparo do Estado para a provisão de cuidado das crianças, tendo que depender exclusivamente de uma rede de cuidado informal que nem sempre está disponível (MADALOZZO; BLOFIELD, 2017).

Essas questões impulsionam a refletir que diante de todas as adversidades impostas pelas desigualdades de gênero às mulheres, o exercício da maternidade também é afetado. A partir do estudo de Zanello, Fiuza e Costa (2015), com entrevistas com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial em Brasília, o dispositivo da maternidade apareceu em todas as entrevistas com mulheres, que revelaram sentido de anulação total de si e dedicação exclusiva à criança, e quando não atingida, implica a um sentimento de culpa. As tarefas

domésticas apareceram nos discursos das mulheres atreladas ao exercício da maternidade, que se traduz no ambiente convencional impelido às mulheres e na expressão do sofrimento por não conseguirem cumprir com os “deveres” domésticos. A responsabilidade pelo fracasso dos filhos, o silenciamento e a solidão também se fizeram presentes nos discursos das mulheres quando associadas ao “ser mãe”. Ainda que essas questões tenham emergido no ambiente social e familiar dessas mulheres, a narrativa evidenciou uma responsabilização individual.

Os estudos expõem as disparidades significativas tanto das condições inferiores de trabalho das mulheres, das horas despendidas nos serviços domésticos, maternidade e paternidade, da relação empregador(a) e trabalhador(a), até na percepção de si e da naturalização destas questões no âmbito produtivo e reprodutivo. Discussões de abordagens marxistas debruçaram-se a compreender a dinâmica do trabalho no desenvolvimento da indústria social. Andrade (2015) elenca que Marx explorou algumas questões que levaram a refletir a tendência de as atividades domésticas serem assumidas pela forma de assalariamento, extinguindo o caráter gratuito destas pela inserção das mulheres no âmbito do trabalho remunerado.

Como exposto nas pesquisas, de fato, as mulheres com maior poder aquisitivo transferem estes serviços para outras mulheres nos moldes de atividade remunerada, mas a grande maioria ainda enfrenta jornadas de trabalho assalariado, onde precisam conciliar com os serviços domésticos e cuidado com os filhos, dependendo de creches/escolas e/ou de uma rede de apoio informal. Aquelas que não trabalham fora, são cercadas de questões referentes às dificuldades de se inserirem no mercado formal, concomitante, são as maiores responsáveis pelas atividades domésticas e o cuidado com os filhos e por consequência dependem financeiramente de alguém, que na condição de casadas, são os companheiros.

Feita esta revisão de pesquisas que enfocam as desigualdades de gênero no âmbito do trabalho, passaremos a discutir especificamente as contribuições do feminismo marxista e da teoria marxiana para pensar estas relações. Esta retomada oferecerá bases para, por fim, discutirmos contribuições de duas autoras do feminismo marxista contemporâneo, Silvia Federici e Angela Davis.

3 Base teórica que viabilizou a análise das mulheres e questões do feminismo marxista

A influência de Marx e Engels na análise de uma sociedade de classes a partir dos modos de produção é fundamental para a compreensão histórica da estruturação e atualização do sistema capitalista, seus reflexos e atravessamentos na dinâmica de trabalho nas sociedades modernas, além das desigualdades que as assolam. As discussões marxianas ganharam contornos importantes a partir das teorias feministas na análise do processo de produção e sociedade de classes, quando houve reivindicação de uma exploração e teorização mais complexa a respeito da condição da mulher e seu status social de subserviência.

Andrade (2015), ao iniciar seu percurso teórico evocando como o movimento socialista nas sociedades ocidentais até o século XX legitimou o confinamento da mulher no ambiente doméstico, revela-nos como pensadores da época ancorados em justificativas biológicas reducionistas das mulheres, respaldaram a limitação dos espaços ocupados por elas. Neste percurso, a autora elucida como as mulheres começaram a se organizar a partir da necessidade de complementar a renda e da consequência de transitarem em mais espaços. O encontro de umas com as outras viabilizou uma sociabilidade feminina, além do compartilhamento de experiências parecidas e fortalecimento de laços. A autora utiliza-se de Rosa Luxemburgo⁵, para situar que o momento histórico de reivindicações da classe proletária ampliou os horizontes das mulheres pertencentes a esta, as quais passaram a questionar os valores ortodoxos, que legitimavam sua servidão doméstica. O socialismo e a luta de classes viabilizaram que as mulheres trabalhadoras ansiassem por mais liberdade, autonomia, inserção na vida pública, independência econômica, além da participação política.

Pode-se inferir que os discursos hegemônicos articulam e organizam os modos de existir e estavam presentes também nas análises e produções teóricas no cerne das sociedades capitalistas. As dinâmicas de socialização foram pautadas a partir da visão de mundo do homem branco, da sua vivência específica e da sua própria concepção, universalizadas frente a vivência de

⁵ *Sufragio feminino e luta de classes (de 1912).*

outros modos de existir. Da mesma forma, quando Andrade (2015) analisa os primeiros ensaios de Marx⁶, que, mesmo questionando a divisão família e trabalho, a qual limita o espaço da mulher, ou em *Manuscritos econômico-filosóficos de (de 1844)*, onde ele analisa a inserção gradativa da mulher no âmbito público e sua conquista por autonomia, além da crítica às condições precárias a que foi submetida, tanto ele quanto Engels recaem em uma análise puramente econômica da opressão feminina e naturalizada a respeito dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres.

Esta ideia converge com a análise de Haraway (2004), que ao discorrer sobre *A origem da família, da propriedade e do estado (de 1884)* de Engels, tece críticas aos teóricos por se aterem especificamente à “relação econômica de propriedade como base da opressão das mulheres no casamento” (HARAWAY, 2004, p. 212), os quais investigam a situação feminina por um viés das relações capitalistas de classe e acabaram por excluir o enfoque necessário de um conceito político de gênero que viabilize a análise de “uma política sexual específica entre homens e mulheres” (HARAWAY, 2004, p. 212). Em *Manifesto ciborgue – ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*, Haraway (2009)⁷ expõe a hierarquia entre as mulheres e as fragmentações e equívocos nas construções dos feminismos na busca por uma resolução através do que a autora chama de “uma unidade essencial” (HARAWAY, 2009, p. 48), ao mesmo tempo que desnuda a hegemonia nos discursos feministas, sendo a categoria “mulher” como um eixo muito mais complexo. Para a autora, os feminismos socialistas se utilizaram de premissas marxianas e readequaram a categoria de análise do trabalho para a realidade das mulheres, embora a relação de trabalho feminina, em uma análise mais profunda, estivesse pautada também na lógica do patriarcado capitalista. A categoria mulher, portanto, “repousa em uma epistemologia que se baseia na estrutura ontológica do trabalho” (HARAWAY, 2009, p. 53), e é a partir da análise desta estrutura que atravessa as relações sociais, que se constituiu a teoria. O problema, para a autora, está na ideia do sujeito ocidental que construiu e baseou a análise marxiana.

⁶ *A Questão judaica (de 1844)*.

⁷ Publicado originalmente em 1985.

Mesmo que se reconheça a produção dos discursos hegemônicos e a o legado baseado no sujeito eminentemente ocidental das produções teóricas e análises nas sociedades capitalistas, Cisne (2018), entende que os elementos teórico-metodológicos e filosóficos do marxismo oferecem bases para explicar as desigualdades sociais, buscando justamente a compreensão na cultura e educação hegemônicas na influência do racismo e patriarcado, assim como as relações sociais de sexo, raça e classe, antagônicas e estruturantes. A autora acredita que, a partir da análise do materialismo histórico que se traduz na divisão de classe, é possível analisar a divisão sexual e racial do trabalho. Além disso, elucida a heterogeneidade da classe e seus particularismos identitários a uma intervenção coletiva no âmbito material para um projeto de emancipação das pessoas em uma sociedade mais igualitária.

Marx (2015)⁸, ao investigar a gradual inserção das mulheres no processo produtivo em decorrência das transformações provocadas pela maquinaria, enfatiza a revolução dos meios de trabalho sobre a mão de obra do trabalhador e sua desvalorização. Ao expor as condições análogas à escravidão às quais mulheres e principalmente crianças estavam submetidas, o autor evidencia a mudança na dinâmica trabalhador e capitalista. Se antes, o trabalhador vendia sua força de trabalho para o capitalista, detentor dos meios de produção, com a revolução da maquinaria, o trabalhador então, passa a vender, não só seu trabalho, mas também sua família.

Neste fragmento da obra de Marx, fica evidente sua posição ao analisar o processo da maquinaria, quando inicialmente enfatiza a mudança na relação entre trabalhador e capitalista pela inserção de mulheres e crianças e a perda de autonomia ao “dividir” sua força de trabalho com a família. Além disso, discorre sobre a família, como sendo propriedade do homem ao elucidá-lo como “mercador de escravos” (MARX, 2015, p. 576) referindo-se à venda da família para o capitalista. No entanto, sua obra também foi importante para analisar a condição de exploração e expor as consequências físicas da exposição de crianças, adolescentes e mulheres no trabalho junto às máquinas. O aumento da taxa de mortalidade entre as crianças, que acabavam sendo negligenciadas pelas trabalhadoras, em função da nova ocupação, além da deterioração

⁸ Originalmente publicado em 1867.

intelectual causada pelas horas investidas no trabalho e péssimas condições escolares aos quais eram submetidas crianças e adolescentes.

Engels (2008, [1844] *apud* ANDRADE, 2015), também analisa como a maquinaria revolucionou a condição da classe trabalhadora na Inglaterra em 1844, e em um percurso semelhante ao Marx, defende que o processo de substituição da mão de obra dos homens pela inserção progressiva das máquinas condicionaria na exploração da mão de obra feminina e infantil. Uma vez que a máquina executaria grande parte do processo, mulheres e crianças estariam em condições de realizar parte deste trabalho, recebendo salários menores que os homens, já que a força muscular não era mais tão necessária. Nesta dinâmica, a preocupação do autor se dava na ordem do rompimento da organização tradicional e os valores morais subvertidos, mantidos pelo encarceramento das mulheres no lar. Não obstante, a inserção da mulher na vida pública a afastaria das suas “naturais” habilidades domésticas e maternais. Atribuiu esse fenômeno aos avanços da produção industrial, que segundo ele, corromperia a família completamente.

Segundo o entendimento de Andrade (2015), a parceria de Marx e Engels em *A sagrada família de 1844*, abriu espaço para pensar as relações entre homens e mulheres como historicamente determinadas. Em trabalhos posteriores, como *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2010)⁹ a partir do materialismo histórico e dialético desconstruem muitos aspectos imbricados na ideologia dos pensadores da época. Ao analisar historicamente as relações, defendem que havia uma divisão natural no interior da organização familiar, primitivamente pautada nas funções reprodutivas, a partir de questões como força física. Mesmo ancorados nas diferenças biológicas, reconhecem que essa divisão era desigual, originou a família como primeira propriedade e culminou em relações análogas à escravidão de mulheres e crianças com relação ao homem.

Há muitas críticas com relação à essa naturalização da divisão do trabalho efetuada pela teoria marxiana. Bolla (2018) demonstra que a diferença defendida pelos autores, da concepção do trabalho dentro do âmbito familiar, como natural e a divisão dentro das classes, como social, reitera uma visão ainda

⁹ Foi concluída em 1846, e publicada postumamente em 1932.

superficial da condição feminina, diante da teoria que propunham e com pouco aprofundamento, como se a primeira fosse irreversível.

A divisão social do trabalho, enraizada, segundo a perspectiva histórica marxista, na divisão sexual “natural” do trabalho, conduziu a divisão bem delineada dos âmbitos público e privado (ANDRADE, 2015). Haraway (2004) também expõe que esta é uma das razões pelas quais as abordagens marxistas tradicionais, ancoradas na heterossexualidade como inquestionavelmente natural, não desvelam um conceito político de gênero. Engels (2000 [1884], *apud* ANDRADE, 2015) expõe a cisão do âmbito público e privado a partir da concepção materialista de produção que formam a ordem social. Seriam estas a produção dos meios de subsistência, moradia, instrumentos necessários e a produção do próprio homem, sua manutenção e a reprodução da espécie. Produção e reprodução, dados resumidamente de forma concreta, o primeiro pelo trabalho e o segundo pela família, o homem pertencendo ao ambiente produtivo e a mulher ao reprodutivo. Haraway (2004), defende que nesta obra, Engels chegou perto de lançar pistas sobre a opressão específica feminina quando enfatiza sobre “a produção dos seres humanos”, possibilitando teorizações de feministas marxistas euro-americanas na análise da divisão do trabalho a partir da categoria sexo/gênero. Marx (1985 [1867], *apud* Andrade, 2015) revelou que os âmbitos produtivo e reprodutivo relacionam-se mutuamente, são contínuos, exigem atualização das condições de exploração do trabalhador e estão vinculados à reprodução do capital. Assim, o capitalista utilizou das necessidades básicas dos sujeitos para submetê-los à servidão em troca de salário para que pudessem manter-se. O burguês, por sua vez, se apropriou do seu trabalho e continua acumulando riqueza.

Andrade (2015) expõe, a partir do capítulo VI de *O capital (2004a)* de Marx, que esta análise do imbricamento dos âmbitos produtivo e reprodutivo lançou luz sobre o papel atribuído às mulheres na manutenção dos trabalhadores, que usufruíam deste serviço de forma gratuita, ao mesmo tempo que não ocupavam seu tempo para sua subsistência e poderiam enfrentar exaustivas jornadas de trabalho. A função essencial da mulher foi traduzida na “reprodução da capacidade de trabalho” (ANDRADE, 2015, p. 281), e caracterizada como “produtora de valor de uso da força de trabalho” (ANDRADE, 2015, p. 281). Além disso, o trabalho doméstico concedido de forma gratuita,

garantiu o não investimento para a reprodução da força de trabalho, não havendo interferência na média salarial do trabalhador.

Neste encadeamento, Andrade (2015) revela a contradição de Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado (de 1884)* de seus primeiros escritos, quando este elucidou a subordinação da mulher não só pelo caráter do trabalho desempenhado por elas dentro da dinâmica produtiva, mas também pelas características opressivas das atividades domésticas apropriadas pelo marido e pelo burguês. Ademais, Engels (2000 [1884], *apud* ANDRADE, 2015) defendeu a inserção completa das mulheres na indústria social como forma de supressão da instituição família como “unidade econômica da sociedade” (ANDRADE, 2015, p. 277) a fim de viabilizar com que as questões do ambiente doméstico sejam pensadas e organizadas de forma pública.

As principais críticas aos pensamentos de Marx e Engels são a respeito de suas análises a partir de um viés exclusivo na dinâmica do modo de produção capitalista e sua relação com o trabalhador, onde os outros modos de opressões derivam desta relação. Mesmo expondo as condições de exploração por parte do sistema capitalista, reivindicando os direitos da classe proletária, tanto Marx quanto Engels acabaram por não analisar as especificidades da condição das mulheres nesta dinâmica de forma mais profunda. Muito embora, Andrade (2015), assim como Cisne (2018), em seus trajetos, defendem que as bases teóricas deixadas pelos sociólogos serviram para produções que abarcassem as complexidades da situação feminina neste encadeamento, tanto a concepção do materialismo histórico, quanto o aprofundamento da possibilidade da socialização do trabalho doméstico por pensadores posteriores.

Andrade (2015) aposta que a verdadeira autonomia das pessoas se daria pela “transformação radical da ordem social, pela socialização da propriedade privada” (ANDRADE, 2015, p. 277). A emancipação feminina completa se daria pelo aniquilamento dessa lógica de trabalho e pela abolição do capitalismo e conseqüentemente do patriarcado. Já Cisne (2018), afirma que a superação da lógica privada da atividade doméstica seria uma premissa fundamental, que poderia iniciar pela viabilização de uma economia socializada na conquista da autonomia da mulher, porém não o suficiente. Além disso, seria necessária uma transformação significativa na cultura.

Bebel (1923 *apud* ANDRADE, 2015) influenciado pelo cânone marxista projetou um futuro igualitário entre homens e mulheres a partir da socialização das atividades domésticas e do cuidado com os filhos. Em sua concepção, as sociedades futuras viabilizariam espaços e prestação de serviços públicos desde o âmbito da educação, alimentação, higiene até serviços domésticos gerais, além de enfermarias e hospitais. Haraway (2004) defende a importância do trabalho de August Bebel quando levantou a questão da condição feminina, amplamente discutida no interior dos partidos marxistas europeus no final do século XIX e início do século XX, inspirando Alexandra Kollontai, que defendeu a liberdade feminina na Rússia e União Soviética, além de Clara Zetkin em *A questão das mulheres trabalhadoras e das mulheres no presente (de 1889)*. Tanto Bebel quanto Zetkin são fundamentais para compreender a questão das mulheres sob abordagens marxistas que influenciaram e continuam influenciando muitos pensadores.

A análise de Marx a respeito do trabalho acabou por não enquadrar o serviço doméstico como trabalho produtivo, que tem a característica de “criador de valor de troca” e “que gera diretamente mais-valia”. Descaracterizar o serviço doméstico como fora do âmbito produtivo ou tentar inserir as especificidades do trabalho doméstico nos termos marxistas de análise da produção, acabou por descaracterizar sua importância na ordem social. Esta questão provocou que surgissem teorias baseadas no materialismo histórico para apontamentos com aprofundamento maior na questão das mulheres, a partir do olhar marxiano. Desta forma, em meados de 1960, vários autores começaram a produzir reflexões teóricas e críticas a fim de compreender a condição de subserviência feminina no contexto capitalista de trabalho produtivo, serviço doméstico e cuidado com os filhos (ANDRADE, 2015).

Há muitas convergências e divergências nas análises do marxismo ortodoxo, que abriram possibilidades de muitas abordagens para a compreensão da condição de trabalhadores e trabalhadoras inseridos na lógica de exploração. Da mesma forma, o confinamento das mulheres no âmbito reprodutivo separado do âmbito produtivo gerou intermináveis discussões e intervenções por parte de autoras feministas e autores do campo socialista e comunista. É importante salientar que o contexto histórico corrobora para os limites dos pensamentos marxianos e que as críticas são fundamentais para ampliar e reformular o

pensamento das relações materiais nos processos evolutivos das estruturas e das relações sociais.

Desta forma, é inegável que o legado marxista deixou bases teóricas fundamentais para pensar o processo de inserção das mulheres na esfera produtiva. O processo histórico de garantia da atividade doméstica e cuidado dos filhos de forma gratuita pelas mulheres, demonstra a invisibilidade e subestimação histórica deste trabalho que se insere de forma muito sutil no processo produtivo, quando nem o trabalhador precisa preocupar-se com a própria manutenção e a dos filhos, e nem o empregador preocupa-se com a manutenção do empregado. Esta questão colocou em ênfase os limites da expansão da exploração do trabalhador na indústria e da mulher que esteve no ambiente doméstico realizando atividades de manutenção dos membros da família.

Para Scott (1995)¹⁰ a questão que esteve no cerne das discussões das feministas marxistas é a análise das estruturas do capitalismo e patriarcado, como separados, mas em interação, tornando as relações econômicas como prioridade e o segundo subestimado na sua relação com o primeiro. As questões que cerceavam o movimento feminista marxista expostas pela autora, foram elencados no decorrer do presente trabalho: a superação das justificativas biológicas como determinantes na divisão sexual do trabalho nos modos de produção capitalista, a cisão entre produção e reprodução, sendo o segundo teorizado de forma insuficiente, as relações de produção como insuficientes e insatisfatórias para determinar as relações de gênero e a condição de subserviência das mulheres como anterior ao capitalismo.

Estes encontros, desencontros e dilemas teóricos das tentativas de se fazer um feminismo com referências das bases teóricas deixadas pela teoria marxiana levaram a uma série de bifurcações e teorias inacabadas. Scott (1995) elenca que, na tentativa de superar essas questões e transcender as explicações puramente econômicas da condição das mulheres, feministas tentaram teorizar sobre as especificidades de gênero e o patriarcado como uma estrutura sem relação de causalidade ou mero elemento do capitalismo. Em estudos atuais, Norando (2019) elenca essas referências na análise das estruturas como

¹⁰ Publicado originalmente em 1989.

interação, utilizando termos como “relações sociais de gênero” e “capitalismo patriarcal”, com a conexão entre as relações de classe e gênero, a partir do aspecto da condição de opressão das mulheres, desvelando os elementos que constituem as interações sociais dentro de uma estrutura que as mantêm, alimenta e fortifica.

A crítica à perspectiva marxista do feminismo, com influência dos saberes ocidentais, se deu pela sua constituição como totalidade, onde a categoria mulher não é analisada a partir das complexidades que a atravessa, do contrário, é vista como um todo unificável, impedindo um espaço de discussão da estrutura da raça (HARAWAY, 2009). Esta crítica evidenciou aquilo que o próprio movimento feminista criticou nas teorias marxianas: a homogeneização da classe. Biroli e Miguel (2015) enfatizam a importância do feminismo negro, a partir dos anos 70 para um enfoque maior da categoria de raça, ampliando as discussões para os três eixos¹¹, como opressões cruzadas, que se interrelacionam.

Scott (1995) expõe que o grupo de classe, raça e gênero pode insinuar que há certa consonância entre os termos que se analisadas profundamente, não existe. Enquanto o eixo “classe” foi bem desenvolvido pela teoria marxiana e outras teorias que discorreram desta, baseada em análises históricas e sociais, tanto “gênero” quanto “raça” não têm essa transparência na natureza de suas teorizações. Biroli e Miguel (2015) defendem que o patriarcado é um termo que evoca um processo histórico muito maior que o capitalismo e mesmo que se consiga elencar as estruturas que ele opera, é pouco desenvolvido enquanto sua origem.

Neste percurso de análise do feminismo marxista, Scott (1995) também sublinha como as produções teóricas do movimento recorreram às análises da sexualidade influenciadas por Michel Foucault¹², e que também encontraram pontos de tensão. Ampliando o olhar sobre a categoria da sexualidade, também surgiu a necessidade de se evocar elementos sociais da ideologia, cultura e psicologia. O ponto de encontro mais significativo entre as teorias é, em suma, a emergência do gênero, como um estatuto próprio de análise.

¹¹ Raça, Gênero, Classe.

¹² Teorizou sobre saúde mental, sexualidade, técnicas de poder, punição, disciplinas do corpo.

Esta necessidade de recorrer a aspectos da dimensão psicológica e ideológica da opressão de gênero foi um movimento de superar as teorias da dominação masculina como meros reflexos das condições materiais. A cultura é um componente essencial na construção de processos ideológicos, que atendem aos interesses das posições dominantes. Uma das implicações do gênero na concepção de Scott (1995) são os símbolos culturais que evocam significados múltiplos e contraditórios: Eva e Maria, que são construções simbólicas sociais que produzem sentido sobre o que é ser mulher. Eva como um símbolo da impureza e da corrupção e a Maria como o oposto, inocência e purificação.

As continuidades e descontinuidades apresentadas pelas teorias ou tentativas de teorizações e a impossibilidade de unanimidade analítica nos vários percursos das teorias feministas marxistas lançam um olhar também a complexidade que é a própria condição feminina. A subestimação da história das mulheres e as teorizações na perspectiva masculina denunciam a descaracterização do processo histórico e importância social das mulheres na construção de movimentos de resistência e possibilidades de enfrentamento das desigualdades.

4 A urgência do gênero como forma de reescrever a história das mulheres: um retrospecto histórico e as propostas feministas marxistas de Angela Davis e Silvia Federici

Scott (1995) versa sobre a importância do gênero como emergência no campo de pesquisas sobre mulheres, capaz de transformar o padrão - construído a partir da visão de homens - e de permitir novas análises críticas e reflexivas sobre os trabalhos científicos existentes. Pesquisar sobre as mulheres possibilitaria valorizá-las na história e implicaria para um caminho de transformação de paradigmas em vários campos do conhecimento. É como subverter a ordem e uma forma de transferir a história.

As historiadoras feministas precisaram buscar concepções teóricas que pudessem explicar o percurso da desigualdade entre homens e mulheres, além das construções subjetivas e vivências extremamente diferentes que os estudos sobre mulheres apontavam. A produção de trabalhos sobre mulheres era assimétrica com relação ao resto da produção científica por conta de

epistemologicamente a perspectiva masculina ser sempre dominante. As áreas do saber sempre foram dominadas por homens brancos e trabalhos sobre a história de mulheres acabaram marginalizados. As abordagens descritivas além de não questionarem conceitos dominantes que reforçaram as desigualdades também não se movimentaram a fim de transformar a construção tradicional da disciplina (SCOTT, 1995).

Reconhecer a história das mulheres e sua participação política e econômica na história seria o primeiro passo para promover transformações sociais. Os historiadores não feministas defendiam a segregação da história das mulheres, com o pretexto de que suas histórias estavam atreladas à casa e à família, portanto deveria ser feita separadamente da história política e econômica. Quando reconhecida a participação ativa das mulheres na história, houve uma subestimação do valor desta história. Essa reação mobiliza a necessidade teórica não só da análise relacional entre o feminino e o masculino, mas dos processos históricos que refletem nas relações sociais e estruturas atuais (SCOTT, 1995).

Ancoradas nesta perspectiva de lançar luz sobre a história das mulheres e elencar o gênero como categoria de análise, teóricas do feminismo marxistas debruçaram suas investigações e concepções a partir da história apagada das mulheres. A fim de analisar o processo histórico, social e as transformações nos paradigmas das relações sociais e de trabalho a partir da reprodução, e não somente a produção, utilizarei da teorização de Silvia Federici articuladas com as ideias de Angela Davis. A primeira traça um paralelo histórico da transição para o capitalismo a partir da história da reprodução. A segunda analisa a sociedade americana pré-capitalista e o processo de imposição das incumbências domésticas como parte do papel social das mulheres. Ambas fazem reflexões teóricas muito importantes para o movimento feminista marxista e lançam pistas divergentes para a superação da estrutura que fomenta as desigualdades.

Como vimos, na concepção de Marx e Engels, a condição da mulher na sociedade capitalista foi um resquício da natural divisão do trabalho do seio da família pré-moderna. A análise histórica de Federici (2017) em contraposição a alguns elementos da teoria marxiana, defende que a opressão das mulheres é elemento fundamental da estrutura do capitalismo, que se utilizou das

assimetrias sexuais, e, atualizadas, efetuaram novos papéis sociais, não podendo ser caracterizadas como mera herança deixada das relações sociais anteriores.

Após contradições, as ideias apresentadas por Engels, que por último, defendeu que a classe feminina deveria ser totalmente incluída na indústria social, Federici (2017) elenca esta concepção engeliana como um equívoco para o caminho da emancipação feminina, uma vez que baseia-se no fato das mulheres reivindicarem a ocupação de espaços que eram o cerne da exploração da força de trabalho dos homens, e ao mesmo tempo rejeitados por eles. Ao contrário, demonstrou a importância do trabalho doméstico para a economia capitalista, caracterizado como improdutivo, nos moldes capitalistas, pelos criadores da teoria marxiana. A autora defende que o caráter da submissão da mulher ao homem no capitalismo não estava na natureza improdutiva do seu trabalho e sim pelo caráter de não assalariamento dele. Em sua concepção, é a remuneração que conferiu poder aos homens com relação às mulheres.

Ao analisar o processo de transformação do feudalismo para o capitalismo, desvela a fundamental importância do trabalho doméstico na reprodução da força de trabalho, assim como, a função do trabalho escravo como essencial para a reprodução do proletariado industrial, desenvolveu seu trabalho a partir da concepção dos trabalhadores que ficaram fora dos modos de produção visíveis. Sob influências de feministas, como Mariarosa Dalla Costa e Selma James, a autora explora o processo da divisão sexual do trabalho para a compreensão histórica do patriarcado e hierarquias que se constituíram a partir do sexo como uma forma de manutenção do capitalismo e seu caráter exploratório. Ancorada não só na teoria marxista, mas também na foucaultiana, a obra torna-se imprescindível para analisar os reflexos deixados por séculos da exploração capitalista e como esta lógica de exploração se atualiza com o desenvolvimento das sociedades, que, a “cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva” (FEDERICI, 2017, p. 27).

As relações sociais e principalmente as relações de trabalho eram bem diferentes no período colonial dos Estados Unidos com relação ao que conhecemos hoje com a solidificação do capitalismo. O processo histórico e gradual da ascensão do sistema econômico vigente transformou as dinâmicas

sociais e corroborou em uma cisão da família e do trabalho. Davis (2016) traça um paralelo histórico ao analisar as sociedades pré-industriais da América do Norte, expondo a amplitude do trabalho produzido pela mulher.

Grande parte do que a família e a comunidade necessitavam era produzido, supervisionado e organizado por ela. Com a economia baseada no lar, a mulher participava de todo o processo de produção de roupas e outros artigos, do cultivo e preparação de alimentos, além da sua responsabilidade no âmbito da saúde, fundamentado nos saberes sobre ervas. Suas incumbências eram tão fundamentais para a comunidade que não havia espaço para o que se entende hoje como tarefas domésticas. Estas, como lavar roupas ou fazer faxina, eram realizadas com bem menos frequência e sem as exigências atuais. Suas atribuições iam além do âmbito do lar e estendiam-se para a atividade econômica fora dele, nas demandas de trabalho da cidade. Seu trabalho era valorizado e com relação ao homem, tinha caráter complementar e não verticalizado (DAVIS, 2016).

Com a revolução industrial, as fábricas têxteis foram as que mais obtiveram êxito na nova Inglaterra. Davis (2016) infere que a nova produção econômica foi tomando o lugar da economia familiar e o trabalho da mulher foi gradativamente perdendo força. Ironicamente, elas foram as primeiras a trabalharem nas fábricas, pois a produção era a extensão de suas produções em casa. Depois, foram excluídas da produção industrial no geral.

O capitalismo consolidado como sistema econômico foi fundamental para demarcar sua cisão bem delineada em comparação à obsoleta economia baseada na família. Davis (2016) expõe que a nova dinâmica social culminou em grandes transformações: a organização dos bens produzidos em casa, objetivando subsistência para as famílias perdeu sua importância com relação às mercadorias e seu valor de troca com objetivo de lucro aos empregadores. A atividade assalariada capitalista em comparação com o trabalho doméstico demarcava uma divisão além de física, estrutural, muito nítida. Enquanto a atividade assalariada era valorizada por conta dos lucros que rendiam, as tarefas domésticas eram consideradas um trabalho de pouco ou nenhum valor, pois não gerava nenhum lucro financeiro.

Enquanto Davis analisou o processo histórico da consolidação do capitalismo na América do Norte e suas diferenças com as relações em

comunidade anteriores, Federici (2017), em um outro percurso histórico, porém não distinto, retorna a estrutura de subsistência da Europa e resgata a origem da divisão sexual do trabalho, onde, o desenvolvimento das relações transformam-se a partir de um regime monetário. Foi nesse momento histórico, de privatizações de terras e características de produção mercantil, que se instaurou a desimportância do trabalho reprodutivo, desempenhado por mulheres, e naturalizado como seus papéis sociais. Nesta dinâmica, os espaços começaram a ser limitados para elas, que confinadas no lar, foram suprimidas do trabalho remunerado. Neste arranjo, a figura de dona de casa foi imposta às mulheres e sua posição social redefinida a partir da sua relação com o homem e pelo homem.

Essas transformações atingiram seu ápice no século XIX, e seus desdobramentos para as mulheres foram a dependência financeira do Estado, dos empregadores e dos companheiros. Ao fazermos um paralelo com a situação atual, elencado pelos estudos expostos neste trabalho, a condição das mulheres permanece precária. Se, neste momento histórico, elas foram excluídas do processo de produção de forma muito mais visível, atualmente, os salários continuam menores, cargos elevados são menos ocupados por elas com relação aos homens, a maternidade torna-se um percalço na relação com o trabalho remunerado e continuam as maiores responsáveis pelo trabalho no ambiente doméstico. Federici (2017) caracteriza esta cisão da produção e reprodução como um mecanismo capitalista de acumulação de trabalho não assalariado.

A questão da maternidade também é um aspecto elencado pela autora, que citou o processo de criminalização da contracepção na Idade Média, a qual retirou a autonomia das mulheres. Quando houve a necessidade de controle de natalidade, os métodos de contracepção foram criados para uso dos homens (FEDERICI, 2017). Atualmente, os resquícios disto são vistos com a criminalização do aborto em vários países, como o Brasil, e demonstra que o controle sobre o corpo e capacidade reprodutiva das mulheres não é delas. Este fato expõe que regular a capacidade reprodutiva das mulheres atende a necessidade do Estado e dos homens que dele se apoderaram, ora do controle de natalidade, ora da necessidade de mais força de trabalho.

Federici (2017) defende que neste momento histórico, uma parte das funções da mulher na nova divisão sexual do trabalho era a procriação. Paralelamente, sua definição como não trabalhadora, a desvalorização do trabalho feito fora do ambiente doméstico - impossibilitando sua independência econômica - a falsa ascensão que o casamento produzia e a hostilização das mulheres solteiras nas relações de trabalho levou à prostituição em massa de grande parte da população feminina, como fonte principal de provisão. Em resposta, a prostituição foi criminalizada e as prostitutas penalizadas inclusive com torturas. A cultura também foi uma peça fundamental, representando o sexismo na literatura da época, onde mulheres que subverteram o papel designado de esposas, filhas, mães e donas de casa eram retratadas como perigosas, desobedientes, agressivas e incontroláveis. Todas essas questões não surgiram do acaso, mas de um projeto de imposição da ideia da dona de casa como função social da mulher e garantia da produção da força de trabalho.

Esse processo se iniciou com o cercamento das terras comunais, fruto da expansão das relações capitalistas. Nas relações comunais anteriores, homens e mulheres tinham acesso aos bens comuns: as terras, que eram “seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade” (FEDERICI, 2017, p. 191). Com estas transformações, conforme Federici (2017) aponta, as mulheres das classes populares substituíram o caráter de bem comum das terras perdidas, com seu trabalho no âmbito doméstico, não reconhecido como trabalho fundamental na produção social e delegado como suas obrigações naturais. Essa nova ordem patriarcal de apropriação do trabalho feminino, teve como alguns dos resultados: a feminização da pobreza e a subordinação das mulheres ao estado e ao companheiro.

Davis (2016) elenca que a mulher, usurpada do seu trabalho precisava de uma redefinição do seu papel. A dona de casa era então um subproduto “ideológico” do capitalismo. Se a economia lucrativa engrenava no âmbito produtivo, seria a dona de casa quem cuidaria das questões que envolviam o lar. Mas esta realidade não era total, pois refletia apenas a situação das classes médias emergentes, uma vez que mulheres imigrantes brancas trabalhavam por remuneração e eram donas de casa de modo complementar, além daquelas que

trabalhavam de modo escravizado na economia coercitiva do Sul dos Estados Unidos.

A realidade do lugar da mulher na sociedade estadunidense do século XIX envolvia as mulheres brancas, cujos dias eram gastos na operação das máquinas das fábricas em troca de salários extremamente baixos, assim como certamente envolvia as mulheres negras, que trabalhavam sob a coerção da escravidão. A “dona de casa” refletia uma realidade parcial, pois ela era, na verdade, um símbolo da prosperidade econômica de que gozavam as classes médias emergentes (DAVIS, 2016, p. 242).

O ideário de lugar feminino foi propagado universalmente como um lugar dentro do lar, no manuseio de utensílios de cozinha, nos produtos de limpeza e no cuidado com os filhos. Aquelas cujos lugares onde estavam inseridas pertenciam ao mundo masculino - na economia pública, trabalhando dentro das fábricas - subverteram seu papel social de mulher e tinham como sentença excessivas jornadas de trabalho, condições precárias e baixos salários com relação aos homens. A inserção das mulheres no mercado de trabalho foi um presente aos capitalistas que utilizavam da separação estrutural entre a economia pública do capitalismo e a privada do lar e a binaridade masculino e feminino - ambos com seus papéis sociais bem definidos - para fortalecer seu poder, explorar ainda mais a força de trabalho feminina e obter mais lucro (DAVIS, 2016).

O trabalho doméstico e seu caráter primitivo se manteve mesmo com os avanços tecnológicos do sistema capitalista. Não houve o interesse de desenvolver o âmbito do trabalho realizado no lar, porque delegar essas atribuições às mulheres não requer investimentos. O sexismo emergido no contexto de industrialização foi um grande aliado do capitalismo na exploração da força de trabalho feminina. As mulheres, imersas nessa realidade, realizaram e realizam o trabalho dentro do lar de forma silenciosa, gratuita e sistemática. Conforme Gilman (1972, *apud* DAVIS, 2016) aponta, a economia do lar revela o confinamento das mulheres nessas indústrias primitivas e sua restrita área de expressão. O lugar reservado à mulher é na realização das tarefas domésticas dentro do ambiente reprodutivo. O âmbito produtivo, por mais que carregue o caráter exploratório, era onde havia a possibilidade de se introduzir na economia lucrativa e se aproximar da possibilidade de “progresso” humano. A mulher,

distante desta realidade, permanecia distante também da possibilidade de desenvolver-se como humana.

Abordar o tema mulheres na história está atrelada a como propor o gênero como categoria de análise e provoca a pensar nas categorias de classe e raça que acompanham simultaneamente esta primeira. Tal provocação aponta para a necessidade de comprometimento com todas as especificidades que implica escrever sobre mulheres. Não seria possível escrever sobre mulheres sem incluir os outros dois eixos, pois a história das mulheres é construída sobre complexas questões que se entrelaçam aos vários âmbitos que constituem a sociedade. Inserir os marcadores sociais de raça e classe em nossas análises permite tanto pensar nas condições de violência em que vivem, por exemplo, mulheres negras e pobres, quanto identificar privilégios de mulheres brancas e/ou de classes sociais privilegiadas.

Pode-se assim construir análises a partir de condições concretas da vida das mulheres, e não de uma categoria “essencial” ou desincorporada de mulher. Assumir o compromisso e interesse com as categorias de classe, raça e gênero, revela a importância de não silenciar pessoas oprimidas, a fim de investigar a história de sua opressão, bem como os mecanismos engendrados na sua constituição do presente e entender que as relações de poder e desigualdades sociais estão estruturadas a partir destes marcadores (SCOTT, 1995).

O compromisso com os três eixos expõe os entrelaçamentos em que estão implicados. Analisar uma categoria necessariamente vai implicar na outra, pois elas interagem o tempo todo entre si e com outros aspectos sociais, nos espaços específicos em que eles acontecem. Neste sentido, Davis (2016) expõe a importância de resgatar aspectos históricos para compreender como a construção da relação das mulheres negras com o trabalho é diferente das mulheres brancas nos Estados Unidos. As primeiras sempre trabalharam fora de casa. O período de escravidão expõe a dura igualdade sexual a que foram submetidas. Diferente das brancas, as negras não tiveram como foco central a vida doméstica. A condição da mulher negra foi constituída na imposição de ser forte, como necessitava sua comunidade. Logo, sempre trabalhando fora, também desempenhava as funções domésticas, diferente da dona de casa branca, que dependia financeiramente do marido e desempenhava apenas as

funções domésticas. O que hoje é uma crise para a mulher branca, a dupla e tripla jornada de trabalho sempre esteve presente na realidade da mulher negra.

Esse contexto social influenciou para uma elevada taxa de desemprego entre as mulheres, além disso, contribuiu também para o trabalho doméstico remunerado como ocupação feminina, especialmente da mulher negra, que devido ao caráter social e os atravessamentos de raça e gênero foram condicionadas a prestar serviços domésticos nas casas das famílias brancas. E, por conta da natureza exploratória e as demandas das casas, tiveram de negligenciar suas próprias casas e seus próprios filhos (DAVIS, 2016).

Esse processo histórico é importante para refletirmos os fenômenos e transformações ancorados na imposição do âmbito doméstico às mulheres, bem como o racismo como determinante das relações sociais e refletido também no trabalho, quando os dados demonstram que as mulheres negras são as que mais trabalham em situações de subalternidade e precárias condições laborais. Mesmo com sua inserção no mercado de trabalho e novos arranjos sociais, as mulheres continuam como maiores responsáveis por questões que envolvem casa e filhos. Tal apontamento demonstra que a sociedade continua a carecer de discussões públicas que removam a venda que cobre o trabalho invisível e desvalorizado desempenhado há séculos por elas. Há dois caminhos possíveis que as autoras traçam para superar o caráter de subserviência do trabalho doméstico.

O movimento político que influenciou o pensamento de Silvia Federici a teorizar e se articular politicamente a respeito da condição das mulheres foi a Campanha Internacional salários para o trabalho doméstico¹³. Federici (2019) a caracteriza como uma organização que integrou várias correntes políticas de diferentes lugares do mundo em busca de terreno comum para a classe proletária. Influenciado pelo feminismo, “vinham de uma história de militância em organizações que se identificavam como marxistas, com o filtro de experiência dos movimentos anticolonialistas, de direitos civis, do movimento estudantil e do operaísmo” (FEDERICI, 2019, p. 22).

A partir de influências desse movimento e de críticas a ele, que se aprofundou a questão das mulheres sob a análise principal do trabalho

¹³ Originalmente: International Wages for Housework Campaign (WfH).

doméstico, como fundamental para a opressão feminina no sistema capitalista. Federici (2019) recorre ao movimento anticolonialista, que expandiu as bases teóricas deixadas por Marx e Engels do trabalho não assalariado para além das fronteiras do ambiente fabril. O trabalho doméstico é, portanto, a base do sistema econômico de produção. Este olhar permite reconceituar a história de resistência da classe proletária colocando como protagonistas, aqueles que ficaram à margem nas teorias marxianas: “os escravizados, os colonizados e a massa de trabalhadores não remunerados” (FEDERICI, 2019 p. 23), este último, incluindo, as sujeitas deste trabalho: mulheres.

Com a importância que a autonomia salarial tinha para o trabalhador na relação com o capitalista e nas várias lutas que se sucederam por salários mais justos, Federici (2019) sublinha a importância da remuneração na relação com a divisão sexual e internacional do trabalho e seu germe material na acumulação primitiva, como algo escondido. Desta forma, o assalariamento do trabalho doméstico estava além da remuneração pelo trabalho das mulheres, mas de reestruturá-lo a partir do que ele realmente é: parte fundamental das relações econômicas dos modos de produção, a partir do fornecimento da força de trabalho.

A não remuneração do trabalho doméstico esteve enraizada na naturalização em conjunto com a construção da feminilidade, representados pela maternidade e atividades domésticas. A exigência do movimento político da WfH era por remuneração do Estado ao trabalho doméstico e não especificamente para as donas de casa, embora sejam elas as que mais trabalham no interior da família (FEDERICI, 2019). Vale enfatizar que o movimento foi organizado na década de 1970, onde os arranjos sociais eram outros. As transformações da dinâmica social demonstram que o trabalho doméstico realizado por mulheres ainda de forma primitiva e sem remuneração se configura como um problema atual, porém, a autora reconhece que esta demanda de remuneração do trabalho doméstico já não tem o mesmo caráter de emancipação feminina que na década na qual foi defendido. Ainda assim, é um passo importante para a libertação das mulheres.

A crítica de Davis (2016) à concepção de remuneração das tarefas domésticas é pautada na divisão da economia familiar e a economia pública, não podendo caracterizar o trabalho realizado no interior da família como parte

integrante da produção capitalista. Para ela, as tarefas domésticas estão atreladas à produção como uma pré-condição, porque o empregador não tem interesse em como a força de trabalho está sendo produzida e sim no quanto é possível explorar esta força de trabalho.

Ao fazer uma analogia com a realidade sul-africana, a autora infere que o racismo levou aos limites mais violentos de opressão no sistema capitalista, a fim de explorar toda a capacidade de produção do trabalhador negro,

os arquitetos sociais do apartheid simplesmente determinaram que a mão de obra negra rende lucros mais altos quando a vida doméstica é descartada por completo. Os homens negros são vistos como unidades de trabalho cujo potencial produtivo os torna valiosos para a classe capitalista (DAVIS, 2016, p. 247).

Desta forma, atividades no interior da família foram vistas como não lucrativas, onde as mulheres negras que não trabalhavam, eram banidas em 87% das áreas do país, impedidas de morar com seus maridos. Embora se assuma a importância da economia doméstica para a produção capitalista, havia um interesse maior para que não houvesse um crescimento considerável da população negra nas cidades: os movimentos coletivos que poderiam emergir em resistência contra o apartheid (DAVIS, 2016).

O argumento de Davis (2016) é que, se foi possível descartar por completo a economia familiar na África do Sul, então, as atividades domésticas realizadas pelas mulheres não são parte integral da economia capitalista e, portanto, não cabe a condição de assalariamento por elas. Ao refletirmos sobre esta divergência teórica, algumas questões emergem: Se, como reconhecido pela autora, por conta do apartheid, houve um desgaste no tecido da vida doméstica da população negra sul-africana, não demonstra portanto, relação profunda da vida familiar com os modos de produção? Se o trabalho doméstico é imprescindível para a manutenção do trabalhador e separá-lo da família demonstrou os limites brutais do racismo na exploração do trabalhador negro, que por outro lado deteriorou seu tecido familiar não demonstra muito mais a própria desumanização das pessoas negras do que a facilidade de descartar a economia familiar? E por último, se o capitalismo pode desatrelar tão facilmente a família da manutenção do trabalhador, por que houve um projeto na Europa de imposição da vida doméstica às mulheres e por que o ideal da instituição familiar heterossexual ainda é propagado?

Outro argumento de Davis (2016) é de que o pagamento governamental às donas de casa respaldaria ainda mais sua escravidão doméstica, além do fato de que mulheres beneficiárias de programas de assistência social não tenham exigido salários pelos encargos domésticos. Segundo ela, nenhuma mulher iria permanecer por vontade própria em um trabalho tão degradante por remuneração, visto as precárias condições em que as trabalhadoras domésticas remuneradas se encontram. Um fato que afirma essa alegação é o longo histórico de mulheres negras como trabalhadoras domésticas remuneradas, que diminuiu drasticamente com oportunidades em cargos administrativos.

Davis (2016) indica que com a inserção das mulheres na vida pública, novos arranjos sociais começaram a se estabelecer, demonstrando o caminho de obsolescência histórica das tarefas domésticas. Mesmo com essas mudanças significativas, a sociedade continua a carecer de ações reprodutivas para poder equiparar e aliviar o peso carregado durante muito tempo de forma silenciosa e gratuita pelas mulheres dentro dos lares:

a insuficiência, se não a ausência, de uma discussão pública sobre a viabilidade de transformar as tarefas domésticas em algo socialmente possível é um testemunho dos poderes ofuscantes da ideologia burguesa (DAVIS, 2016, p. 245).

A premissa de um objetivo estratégico para a superação dessas questões para Davis (2016) além da socialização das tarefas domésticas, que é parte da luta pelo socialismo, seria desafiar o papel restrito de dona de casa da mulher na reivindicação de condições justas e iguais de emprego, bem como políticas sociais e públicas de provisão de cuidados, além de benefícios trabalhistas. A proposta de redefinir o caráter privado das atividades domésticas, as incorporando na economia industrial, com “equipes treinadas e bem pagas de trabalhadoras e trabalhadores, indo de casa em casa, operando máquinas de limpeza de alta tecnologia” (DAVIS, 2016, p. 237), implicaria em investimentos governamentais a fim de garantir que este serviço se torne acessível à classe trabalhadora, na qual há maior necessidade. O pouco lucro que seria gerado dessa transformação não seria coerente com a lógica capitalista e fez com que o caráter primitivo da realização das atividades domésticas permanecesse por tanto tempo. Ainda assim, esta ideia lança pistas sobre reivindicações dentro do sistema dominante.

Federici (2019) defende que a perspectiva política da remuneração do trabalho doméstico está em redefinir o papel social em que foi delegado à mulher na sociedade capitalista produzindo transformações no seu poder social. Como as relações de trabalho remontam a salário para subsistência, a remuneração seria a única forma de sobreviver nas relações capitalistas.

Segundo a concepção de Federici (2019), a naturalização do ambiente doméstico como sendo um lugar da mulher é forjado pelo capital e é justamente o que o descaracteriza como trabalho. Da mesma forma, sua não remuneração reforça a ideia de que é um atributo natural e não uma forma de trabalho imposta. A construção social tem sido um mecanismo crucial para fortalecer a condição da mulher e seu caráter opressivo: um treinamento sistemático de anos aprendendo sobre cuidado, preparação de alimentos, faxina, mas também a ser dócil, obediente, dependente, até condicioná-la ao casamento heterossexual como forma de segurança. O homem por outro lado, foi disciplinado para dominar a mulher, a tornando submissa ao seu trabalho e salário, enquanto desfruta do trabalho que ela lhe fornece.

A reivindicação por salário para o trabalho doméstico retira o caráter natural impregnado como papel social da mulher e traduz a rejeição desse trabalho como sendo algo inato. Diferentemente do trabalhador que reivindica por melhores condições salariais e continua com seu papel social, a luta por remuneração do trabalho doméstico é a luta contra esse papel social imposto. “Salários para o trabalho doméstico são, então, uma demanda revolucionária, não porque destroem por si só o capitalismo, mas porque forçam o capital a reestruturar as relações sociais em termos mais favoráveis para nós e, conseqüentemente, mais favoráveis à unidade de classe” (FEDERICI, 2019, p. 47).

A ousada proposta da autora sugere que pensemos a remuneração das tarefas domésticas como um movimento estratégico de torná-las visíveis. Não representa permanecer neste trabalho, mas significa parte fundamental para rejeitá-lo e suprimir o poder do capital em explorá-lo. É nomear ao que ele realmente é, a partir das suas características. É também uma forma de desconstruir a feminilidade que foi ancorada em um inexistente instinto de que a mulher foi feita para casa, cuidado físico e emocional dos membros da família, e por isso não tem caráter de remuneração.

Antes da luta por melhores condições de trabalho, é necessário explorar a raiz do problema, impondo que reconheçam que o trabalho que a mulher realiza no interior da família é um trabalho, que até então não foi remunerado. O que acontece é que atualmente as mulheres têm duplas e triplas jornadas de trabalho, porque mesmo com a conquista do trabalho remunerado, as tarefas domésticas continuam a cargo dela. Além de que os trabalhos realizados por mulheres, segundo Federici (2019) são majoritariamente extensão dos trabalhos realizados na casa: professoras, secretárias, enfermeiras, muitas vezes com a imposição de um padrão que corresponda à feminilidade: uso de determinadas roupas, maquiagem, etc.

Esta proposta transformaria também a opressão do homem com relação à mulher. Se o pressuposto do imaginário masculino é de que as mulheres realizam as atividades domésticas e cuidam dos membros da família, porque são naturalmente assim, ao remunerá-lo, muda-se a estrutura dele e desmistifica as questões criadas para sua construção. Tal proposição transforma também a relação do homem e da mulher, subvertendo a disciplina do capital, que construiu ambos em oposição e os dividiu (FEDERICI, 2019).

Com relação à socialização e coletivização do trabalho doméstico, é possível traçar um paralelo com a perspectiva apresentada e tornar viável a partir da autonomia da família sobre a construção dos espaços, como creche, alimentação. Federici (2019) defende que a comunidade em construção coletiva deve exigir a forma como a creche vai funcionar e reivindicar pelo pagamento do Estado por ela e não que as crianças fiquem sob o cuidado do Estado, por exemplo. Esta estratégia resguarda o controle das próprias pessoas sobre elas mesmas, ao invés de aumentar o controle do estado sobre a vida de cada um e cada uma.

Diante de todo o percurso histórico apresentado por Federici, podemos compreender o processo que levou ao confinamento das mulheres no lar como um projeto de manutenção para trabalhadores produtivos às custas do trabalho invisível. A luta por salários pelo trabalho doméstico é pautada nessa concepção histórica a fim de lançar luz a um trabalho historicamente subestimado e fortalecido por ideologias reducionistas e biologicistas de uma suposta natureza doméstica da mulher. Diante da própria complexidade que é o trabalho doméstico e sua característica de não se resultar em produto, e sim em mais

trabalho, como seria possível produzir um cálculo do tempo investido para poder remunerá-lo?

Podemos inferir que com o novo tecido social, a estrutura familiar patriarcal não é mais fundamental para a manutenção dos trabalhadores, embora ela ainda seja importante, e até ideologicamente reforçada. Homens e mulheres isolados continuam a ser explorados para poderem sobreviver. De fato, a exploração não depende mais exclusivamente de uma família em que a mulher vá garantir a manutenção dos membros. Ainda assim, para que o sistema capitalista continue a explorar, ele vai precisar que o trabalhador ou trabalhadora se mantenha de alguma forma ou seja mantido por alguém.

A família não sendo mais tão essencial e o número cada vez mais alto de mulheres trabalhadoras, como Davis (2017) demonstra, o caminho de obsolescência do trabalho doméstico parece engrenar. Ironicamente, a inserção das tarefas domésticas na indústria social nunca foi viabilizada, mas como o sistema capitalista se remodela à necessidade de quem consome e principalmente à sua própria necessidade de gerar e acumular lucro, sua resolução parcial para esta demanda foi o investimento em cadeias de fast-food, alimentos industrializados e de rápido preparo. Se o trabalhador(a) passa parte significativa das horas no trabalho, presume-se que terá menos horas para despendar no preparo de alimentos, então esta iniciativa capitalista se beneficia da resolução desta demanda.

A obsolescência das tarefas domésticas continua uma hipótese possivelmente demorada frente às pequenas resoluções que a iniciativa capitalista lança ao supostamente atender as demandas dos trabalhadores. Na realidade, atende aos próprios interesses e ao viabilizar ínfimos suportes para o consumo do trabalhador, que precisa suprir às próprias necessidades, revela que a sua forma de exploração continua brutal e deforma aquilo que ele também necessita: a possibilidade de uma manutenção efetiva da “sua” força de trabalho. A maior contradição está nos abruptos avanços tecnológicos terem abertos tantas possibilidades e não terem transformado a natureza primitiva das tarefas domésticas. O projeto de confinamento das mulheres no âmbito reprodutivo obteve tanto sucesso que os reflexos atuais desse processo são previsíveis.

Conforme os estudos expostos no capítulo: “O que as pesquisas apontam sobre a exaustão das mulheres?” demonstram, as mulheres seguem

sendo as que mais trabalham no interior da família. Mesmo com todas as transformações sociais, novos arranjos e possibilidades de famílias, sua inclusão dentro do âmbito produtivo, sua independência financeira, e direitos trabalhistas, como licença-maternidade conquistados, são elas que ainda despendem horas do dia para manter a família. O agravante é justamente a relação conjugal heterossexual, onde as mulheres são a pessoa de referência a desempenhar a função doméstica.

A percepção sobre o mercado de trabalho quando atrelada à maternidade/paternidade também reforça os papéis sociais estereotipados. A realidade de mães que conseguem se inserir no mercado produtivo é a sobrecarga laboral. O âmbito produtivo se constituiu e se atualiza como um lugar que nunca foi efetivamente para as mulheres. Como aponta Davis (2017), se antes, o preço por ocupar este lugar era a péssima condição de trabalho, jornadas exaustivas e salários assimétricos com relação aos homens, hoje, embora essas condições estruturais ainda desiguais, tenham sido flexibilizadas, elas continuam a encarar duplas e triplas jornadas.

A hierarquia de gênero na família e no trabalho serviu justamente como sobrelucro aos capitalistas. Essas questões são mantidas pela ideologia sexista que instaurou as incumbências reprodutivas como função feminina. Federici (2019) expôs como a cultura se constituiu a partir desse paradigma, reforçando a figura da mulher como submissa e aquelas que recusaram esse papel foram duramente reprimidas e representadas como perigosas. A cultura é tão importante que introjeta nos sujeitos o seu lugar e papel na sociedade, fazendo com que os naturalizem e os reproduzam. Esta questão demonstra por que as mulheres desempenharam o seu papel durante tantos séculos sem quase questionar e também revela porque mulheres e homens acreditam que as atividades domésticas são trabalhos exclusivamente femininos.

5 Conclusão

A teoria marxiana viabilizou observar os fenômenos sociais a partir da concreticidade do que é possível analisar, que seja palpável, e principalmente os processos históricos que constituem a realidade material e refletem na atualidade. Marx e Engels revelaram a exploração a qual foi submetida a classe trabalhadora, que possibilitou organizações e movimentos coletivos de

resistência. Além de posteriores teorizações para a compreensão da pluralidade da classe e suas especificidades, que continua a influenciar social e politicamente análises e intervenções no tecido social.

Apesar da teoria marxiana ter caracterizado o trabalho reprodutivo como improdutivo justamente por ter sido pautada no entendimento da acumulação capitalista, críticas a essa concepção serviram como alavanca para analisar a condição feminina e o trabalho realizado no interior da família a partir do materialismo histórico. O feminismo marxista emergiu da necessidade de compreensão da opressão das mulheres na análise de fatores sócio-históricos. E desse processo, vários caminhos foram sendo feitos com diferentes enfoques e muitas divergências. As questões que devem ser enfatizadas percorrem inicialmente pela importância do trabalho doméstico na indústria social, impossibilitando sua análise apartada da produção. A concepção histórica e o viés econômico foram imprescindíveis para corporificar a teoria e a dimensão simbólica e cultural, assim como processos psíquicos ampliaram a compreensão dos vários processos que aglutinam e produzem os fenômenos sociais. Processos naturalizados que foram construídos socialmente a fim de manter a distribuição desigual de poder.

Todas estas questões operam reciprocamente e se retroalimentam. A divisão sexual do trabalho é um ponto balizador para a compreensão da opressão das mulheres, capaz de imbricar as categorias de classe e gênero e seu vínculo com o capitalismo. A compreensão da condição das mulheres nessa dinâmica possibilitou reconhecer que elas são as que mais produzem mais-valia para o capital (NORANDO, 2019). Hierarquia de gênero, racismo e capitalismo são estruturas exploradas pelas autoras elencadas neste estudo. Davis (2016) expõe as contradições do capitalismo ao utilizar a figura da dona de casa como aparelho ideológico da burguesia a fim de confinar as mulheres no trabalho reprodutivo, assim como Federici (2019) que demonstra como a produção cultural retratou as mulheres que não atendiam às imposições do capital. Estes fatos históricos revelam como o capitalismo, pautado nas assimetrias sexuais, moldou as relações sociais para atender suas necessidades.

As desigualdades sociais não são frutos do acaso. Se as diferenças de gênero foram naturalizadas e utilizadas para garantir a exploração dos trabalhadores homens no âmbito produtivo às custas da exploração da mulher

no âmbito reprodutivo, assim como o racismo, que corroeu o tecido familiar de pessoas negras a fim de levar à exploração dos trabalhadores negros aos limites mais brutais, podemos apontar que o modo de produção capitalista utilizou das diferenças sexuais e étnico-raciais para se estruturar e acumular riqueza. Então a luta anticapitalista é uma proposição para toda a classe de trabalhadores capaz de transcender as desigualdades produzidas e mantidas pelos modos de produção capitalista.

Movimentos coletivos se organizam há séculos em posições de resistência às desigualdades de gênero, raciais, classe, sexualidade. As violências destinadas aos vários grupos impulsionaram organizações e coletividade desses movimentos a fim de atenderem às demandas das particularidades da classe. Sobre a especificidade do gênero, subverter o papel da dona de casa destinado à mulher através da socialização das tarefas domésticas, provisão coletiva de cuidado e educação das crianças, alimentação e lavanderias são elementos da luta anticapitalista, aos quais, passariam por um processo de reforma social e política que está em uma ordem mais abrangente da emancipação das pessoas.

Certas proposições têm sido articuladas no contexto do capitalismo e demonstram-se potentes para amenizar as desigualdades e possibilitar transformações mais significativas à posteriori. Parte delas já foram conquistadas. Como exposto, Davis (2016) propõe a redefinição do caráter privado das tarefas domésticas incluindo-as na indústria, além de instituições educacionais de provisão de cuidados subsidiadas pelo poder público, mobilizações por igualdade plena de condições de trabalho para homens e mulheres.

A industrialização das tarefas domésticas demonstra um caminho interessante para sanar parte das desigualdades na divisão do trabalho doméstico, assim como as instituições educacionais públicas no cuidado das crianças. No contexto brasileiro, como exposto nas publicações atuais, as instituições de educação são limitadas e atendem as demandas de somente parte da população, além disso, conforme a Lei nº 9.394, seção II, a especificidade do caráter integral (mínimo 7 horas) não é obrigatória e abarca somente as crianças de 0 a 6 anos, a partir dessa idade torna-se parcial (mínimo 4 horas) (BRASIL, 1996). Esta política resolve parcialmente a demanda dos

responsáveis que precisam inserir-se no mercado de trabalho, primeiro porque nem sempre a carga horária do trabalho coincide com a da escola, principalmente quando o turno do filho é parcial, segundo que não abarca todas as famílias. A necessidade de ampliar a responsabilidade do Estado no suprimento dos cuidados das crianças é imprescindível e teria um efeito na relação empregador e mãe trabalhadora.

A proposta de remuneração das tarefas domésticas de Federici (2019) se constitui como o início de um projeto de emancipação das mulheres, é mais radical, porque se baseia no caráter que o salário tem na estrutura capitalista, mas principalmente porque é fundamentada na função social do trabalho doméstico no processo de acumulação do capital. Dentre os vários argumentos da autora expostos no decorrer do último capítulo, essa proposição desnaturalizaria este trabalho como papel social da mulher e seria o primeiro passo para desconstruir a representação feminina na sociedade.

Diante do exposto no capítulo 2, as mulheres são as que mais investem horas do seu dia na realização da reprodução social. Segundo o estudo de Bruschini (2006), utilizando-se dos dados do Pnad/2002 em uma amostra de 140.338.544 pessoas, sendo 51,8% mulheres, demonstra que as mulheres despendem uma média de 27 horas semanais nas tarefas domésticas, sendo este tempo aumentado com a idade, até os 60 anos, atingindo seu pico de 32,9 horas na faixa dos 50 a 59 anos.

A partir da quantidade de horas que as pessoas investem - majoritariamente mulheres - nas tarefas domésticas, remunerá-las seria uma possibilidade de nomeá-las enquanto trabalho, redefinindo portanto as consequências da sua suposta origem natural? Antes de pensar na efetivação da remuneração do trabalho doméstico, a proposta nos mobiliza a pensar a importância de nomear, entender e ressignificar a condição de muitas mulheres, compreendendo a complexidade histórica do trabalho doméstico e o quanto ainda é fomentador das desigualdades. Bruschini (2006) problematiza a questão das tarefas domésticas terem sido consideradas como inatividade econômica e apesar de reformulações do termo, considera que seja legítimo defini-lo como trabalho não-remunerado.

O trabalho objetiva que as proposições apresentadas continuem a ser discutidas pelo seu potencial transformador, criativo e o que elas revelam, mas

também a sua possibilidade de efetivação. Este balizador propicia um caminho capaz de desnaturalizar práticas e discursos naturalizados a partir de padrões de dominação e relações de poder, assim como um caminho de buscar outras referências e novos símbolos culturais. Como Scott (1995) aponta, a importância de outras práticas concretas em todos os espaços da vida social. Uma parte da sociedade se beneficiou dessa construção e durante muito tempo assumiu o controle e o poder sobre vários âmbitos. É necessário admitir que as duas categorias de homem e mulher e suas noções de pertencimento e limitações não são fixas e que o processo histórico deixou buracos quando tentava afirmar essas oposições. Na realidade, admitir as continuidades e descontinuidades possíveis e flutuantes para ambos viabiliza resgatar repressões e as substituir por oportunidades.

Referências

- ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 18, p. 265-300, dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151810>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000400265&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 nov. 2020.
- ARAÚJO, Clara; VEIGA, Alinne. Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 179-209, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151807>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000400179&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2019.
- BARBARINI, Neuzi; BENITES, Ana Priscila de Oliveira. Histórias de vida de mulheres e saúde da família: algumas reflexões sobre gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 16-24, abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100003>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 nov. 2019.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20N2P27. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124/G%C3%AAnero%2C%20ra%C3%A7a%2C%20classe%3A%20opress%C3%B5es%20cruzadas%20e%20converg%C3%Aancias%20na%20reprodu%C3%A7%C3%A3o%20das%20desigualdades>. Acesso em: 4 dez. 2019.
- BOLLA, Luisina. Cartografías feministas materialistas: relecturas heterodoxas del marxismo. **Nómadas**, Bogotá, n. 48, p. 117-134, jan./june. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.30578/nomadas.n48a7>. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75502018000100117&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 nov. 2020

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2014.

BRANDÃO, Thaís Oliveira; GERMANDO, Idilva Maria Pires. Experiência, memória e sofrimento em narrativas autobiográficas de mulheres. **Psicologia & sociedade**, v. 21, n. 1, p. 5-15, abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, Presidência da República, 23 dez. 1996a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 dez. 2020.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982006000200009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 dez. 2020.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, mai./ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200211&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 nov. 2020.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**, n. 21, p. 66-92, jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100005>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 nov. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019.

GARCIA, Lucas França et al. Um estudo de caso sobre vulnerabilidade social: reflexões para a promoção da saúde. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 430-438, set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-80422019273326>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422019000300430&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 nov. 2019.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano/ Organização e Tradução de Tomaz Tadeu da Silva- 2 ed.** BH: Autêntica, 2009.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, jun. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 nov. 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, SPM (Secretaria de Políticas para Mulheres), ONU Mulheres, SEPPIR (Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial), 2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

MADALOZZO, Regina; BLOFIELD, Merike. Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família?. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 215-240, abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806->

9584.2017v25n1p215. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100215&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 nov. 2019.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital.** Boitempo Editorial, 2015.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico?. **Revista de administração contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 320-332, abr. 2011.

NORANDO, Verónica. Theoretical explorations on the specificity of working class women's exploitation. **La ventana**, Guadalajara, v.6, n. 49, p. 317-349, jun. 2019 Disponível em:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362019000100317&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 2 dez. 2020.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serv. soc. soc**, São Paulo, n. 105, p. 167-179, mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100010>. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 dez. 2019.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso. Acesso em 2 nov. 2020.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 238-246, dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1483>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922015000300238&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 nov. 2020.